



RELATÓRIO GESTÃO

Conselho Regional de
Economia 5ª Região Bahia

2024

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 5ª REGIÃO/BA

Autarquia Federal de fiscalização profissional, criada pela Lei 1.411/51, subordinada ao Conselho Federal de Economia.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2024

Relatório de Gestão do exercício de 2024 apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas anual à qual esta unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborada de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 134/2013, DN TCU nº 178/2019, na portaria TCU nº 378/2019, DN TCU nº 180/2020, DN TCU nº 182/2020, DN TCU nº 183/2020, IN TCU nº 84/2020, IN TCU 198/2022

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA ENTIDADE	6
Alguns números significativos	7
2.0 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	9
2.1. Identificação da unidade prestadora de contas	9
2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade Lei	10
2.3 Breve histórico da entidade	10
2.4 Estrutura organizacional	11
COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO	11
Servidores:	11
Assessorias:	11
São atribuições do Presidente:	13
2.5 Ambiente Externo	14
2.6 Modelo de Negócios	15
Por ser uma Autarquia de Fiscalização Profissional, órgão da Administração Pública Indireta, considerada uma Autarquia sui generis, a entidade não recebe verbas ou subsídios governamentais de nenhuma natureza. Assim, tem seu modelo de negócios, se assim pode-se dizer, baseado unicamente na fiscalização do exercício profissional e no que arrecada com anuidades, taxas e emolumentos que são cobrados pela entrega de serviços.	15
2.7 Acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos	16
3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	16
3.1 Planejamento estratégico	16
3.2 Ações adotadas para atingir os objetivos estratégicos:	16
Interiorização	17
Divulgação das ações e fortalecimento da imagem institucional do Conselho:	17
Acompanhamento da agenda estadual e nacional de eventos	18
3.3 Descrição das estruturas de governança	18
3.4 Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas	20
Principais ações da Comunicação em 2024	20
Algumas ações de divulgação realizadas pela Comunicação	21
4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	25

5 RESULTADOS DA GESTÃO	27
5.1 AÇÕES E EVENTOS REALIZADOS	29
PARCERIAS INSTITUCIONAIS	29
5.2 RELAÇÃO COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO	30
5.3 BENEFÍCIOS DIRETOS PARA O PROFISSIONAL	30
6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	31
6.1 Gestão Orçamentária e Financeira	31
6.1.1 Aspectos Econômicos Gerais	31
Material de Consumo	34
Serviço de Terceiros e Encargos	34
Diversas Despesas de Custeio	35
Transferências Intragovernamentais	35
DESPEAS DE CAPITAL	35
TOTAL	35
6.2 Gestão de Pessoas	35
6.3 Gestão de Licitações e Contratos	37
6.4 Gestão Patrimonial	38
6.4.1 Desfazimento de ativos	38
6.4.2 Locação de imóveis e equipamentos	38
6.4.3 Mudanças e desmobilizações relevantes	38
6.5 Gestão da Tecnologia da Informação	38
6.6 Gestão de Custos	39
6.6.1 Por falta de previsão legal, o Corecon/BA não faz parte do Sistema de Custos do Governo Federal (Portaria STN 157, de 9 de março de 2011).	39
6.7 Sustentabilidade ambiental	39
7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	40
8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	2024
9 ANEXOS E APÊNDICES	2025

RELAÇÃO DE SIGLAS

CORECON/BA – Conselho Regional de Economia 5ª – Região/BA

COFECON – Conselho Federal de Economia

BAHIAGÁS – Companhia de Gás da Bahia

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia

TCU – Tribunal de Contas da União

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNIFACS – Universidade Salvador

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

LAI – Lei de Acesso à Informação

CDA – Certidão de Dívida Ativa

CTC – Comissão de Tomada de Contas

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

DN – Decisão Normativa

IN – Instrução Normativa

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

PPDRU - Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador

EPPGG – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA ENTIDADE

Esse relatório de gestão tem como objetivo apresentar as principais atividades desenvolvidas no ano de 2024 pelo Conselho Regional de Economia - 5ª Região/BA – Corecon/BA, Autarquia Federal, instituída pela Lei nº 1.411/51 e alterações promovidas pelo Decreto nº 31.794/52 e pelas Leis nº 6.021/74 e 6.537/78.

Diante da sua missão institucional de assegurar o exercício ético e legal da profissão do economista, os principais objetivos do Corecon/BA para o exercício de 2024 ainda foram o equilíbrio fiscal, a modernização dos processos internos, bem como a melhoria no relacionamento o Conselho com instituições públicas de relevância econômica no estado, com as universidades e com a categoria. Paralelamente também buscamos aprimorar os meios de fiscalização e promovemos inúmeros seminários on-line com debates de temas variados e de

interesse da categoria do economista e da sociedade, buscando o fortalecimento do Conselho e a consolidação da entidade.

Diante da crise econômica e fiscal pela qual passa o sistema Cofecon/Corecon's, foi necessário a manutenção de uma política austera e cuidadosa de contenção de despesas. Sendo assim, a gestão priorizou a busca por parceiros, a fim de viabilizar apoio financeiro para a realização de importantes ações da autarquia, como a Semana do Economista, principal agenda do conselho, voltada à valorização e qualificação profissional. Por fim, reiteramos que há um potencial de crescimento a explorar, no sentido de estimular cada vez mais o profissional economista diante da sua ampla possibilidade de atuação, como agente impulsionador no progresso e desenvolvimento do estado da Bahia.

Isabel de C. S. Ribeiro
Presidente

Alguns números significativos

GASTOS R\$	2023	2024	VARIAÇÃO %
Telefonia	7.787	5.920	- 23,97
Correios	8.569	8.977	4,76
Diárias de Funcionários	1.800	0	——
Diárias de Conselheiros	6.300	22.250	221,43
Diárias de Convidado Palestrante	0	0	——
Material de Expediente	8.013	2.051	- 74,40
Serviços de Terceiros	316.402	418.356	32,22
Passagens aéreas	4.885	9.832	101,25

INADIMPLÊNCIA	2023	2024	VARIAÇÃO %
Pessoa Física	2866	2828	- 1,32
Pessoa Jurídica	139	140	0,72
Total	3005	2968	——

CANCELAMENTOS DE REGISTRO	2023	2024	VARIAÇÃO %
Pessoa Física	346	37	- 89,30
Pessoa Jurídica	1	2	100

SUSPENSÃO DE REGISTRO	2023	2024	VARIAÇÃO %
Pessoa Física	12	11	- 8,33

NOVOS REGISTROS	2023	2024	VARIAÇÃO %
Pessoa Física	60	40	- 33.33
Pessoa Jurídica	0	2	——
TOTAL	60	42	——

2.0 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1. Identificação da unidade prestadora de contas

Denominação Completa: Conselho Regional de Economia – 5ª Região/BA

Denominação Abreviada: CORECON/BA

Natureza Jurídica: Autarquia Federal CNPJ: 42 186866/0001-89

Principal Atividade: Fiscalização Profissional Código

CNAE: 9412-0/01

Telefones/Fax Contato: (71) 3341-2770

Endereço Eletrônico:

comunicacao@corecon-ba.org.br/coreconba.comunicacao@gmail.com

Página na Internet: www.corecon-ba.org.br

Endereço Postal: Rua Frederico Simões, 98, Ed. Advanced Trade Center, Sls. 505/510 – Caminho das Árvores. CEP: 40.820-774. Salvador/BA.

Missão

Registrar, regulamentar, fiscalizar, disciplinar e orientar o exercício profissional dos Economistas que atuam na Bahia, zelando pela ética e pelo cumprimento da legislação que se refere à regulamentação a profissão.

Visão

Ser reconhecido entre os principais órgãos representativos da categoria na Bahia, contribuindo para o fortalecimento da profissão e do desenvolvimento econômico do Estado.

2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Lei

Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951 - Dispõe sobre a Profissão de Economista.

Decreto n.º 31.794, de 17 de novembro de 1952 - Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de economista, regida pela Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, e dá outras providências.

Lei n.º 6.021, de 03 de janeiro de 1974 - Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de economista; atualiza valores das anuidades, taxas e multas, subordinando-as a percentual do maior salário-mínimo, e altera a denominação dos Conselhos Federal e Regionais.

Lei n.º 6.206, de 07 de maio de 1975 - Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.

Lei n.º 6.537, de 19 de junho de 1978 - Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de Economista.

Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980 - Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

Lei n.º 12.514, de 28 de outubro de 2011 - Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

2.3 Breve histórico da entidade

O Corecon/BA participa de um sistema integrado por mais 25 Conselhos Regionais de Economia, ligados ao Conselho Federal de Economia - Cofecon, criados nos termos do artigo 6º da Lei nº 1.411/51, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 6.021/74. A Autarquia Federal é responsável por registrar, regulamentar, fiscalizar, disciplinar e orientar o exercício profissional dos Economistas que atuam no Estado da Bahia, zelando pela ética e pelo cumprimento da legislação, no que se refere à regulamentação da profissão. Além disso, o Corecon/BA é o principal órgão representativo da categoria no Estado da Bahia.

2.4 Estrutura organizacional

- a) Plenário: Órgão superior de decisão colegiada
- b) Comissões: Órgãos colegiados específicos
- c) Presidência: Órgão principal de decisão singular, ao qual estão subordinados:
 - Superintendência: Órgão de execução de atividades meio e apoio às atividades fins.
 - Assessorias: Órgãos de assessoramento direto ao Presidente.

Setor de Administração – SEADM

Setor de Fiscalização – SEFIS

Núcleo de Aperfeiçoamento do Economista – NAE: Órgão de apoio às ações de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional dos Economistas.

COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO

Presidente: Isabel de Cássia Santos Ribeiro

Vice-presidente: Edval Landulfo de Sousa Neto

Conselheiros Efetivos: Isabel de Cássia Santos Ribeiro – presidente, Edval Landulfo de Sousa Neto – vice-presidente, Adelaide Motta Lima, Alex Gama Queiroz dos Santos, Luiz José Pimenta, Ana Cristina Cerqueira, Marcelo José dos Santos, Rosembergue Valverde de Jesus e Gervásio Ferreira dos Santos.

Conselheiros Suplentes: Luiz José Pimenta, Helga Dulce Bispo Passos, Roberto Lucas Spínola Souto, Marcus Emerson Verhine, Gustavo Casseb Pessoti, Gildásio Santana Júnior, Leandra Pereira da Silva e Reinaldo Dantas Sampaio.

Servidores:

Bruno Pires Sacramento – Economista Superintendente Rosana Lemos Luciano – Economista Fiscal

Selma de Almeida Carvalho – Setor de Registro Tânia Mara Teixeira Rodrigues – Setor Financeiro José Wilson Silva Santos – Mensageiro

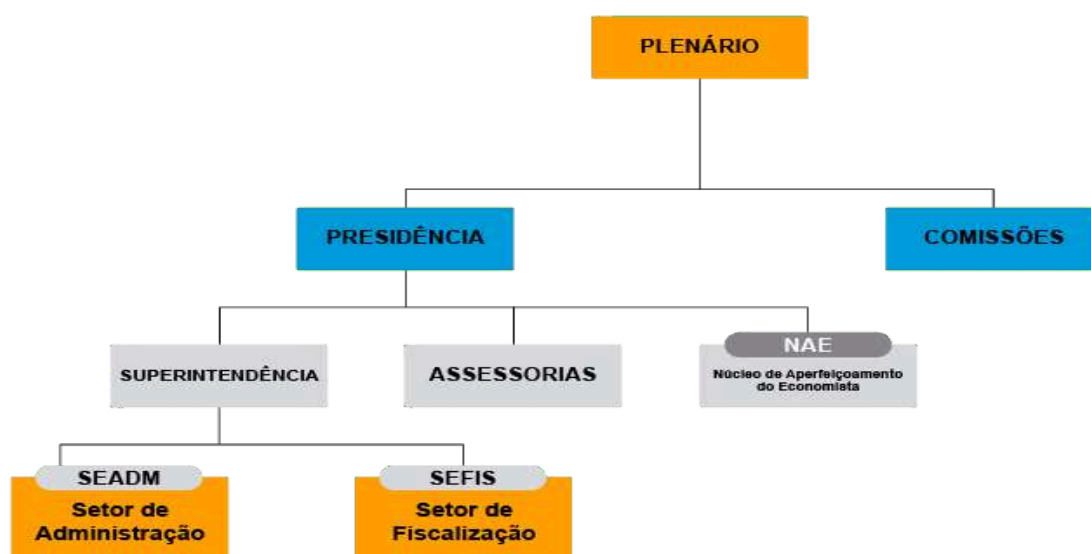
Assessorias:

Assessor Contábil – Pedro Gomes da Silva

Assessora de Comunicação – Lívia Cavalcante Santana Santos
Assessora Jurídica – Sabrina Moreira Batista

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Conselho Regional de Economia da Bahia



Isabel de Cássia Santos Ribeiro – Economista com 37 anos de atuação no SEBRAE Bahia, Isabel também teve uma longa trajetória na área acadêmica, lecionando de 2003 a 2015 em instituições como FACEBA, IBES, Facsal e Centro Universitário Unijorge, em Salvador. Entre as disciplinas ministradas, destacam-se Economia Internacional, Introdução à Economia, Empreendedorismo e Gestão de Negócios, e Conjuntura Econômica. Além disso, ministra palestras sobre essas temáticas em faculdades e eventos corporativos.

Desde 2021, integra o Conselho Regional de Economia da Bahia, onde assumiu a coordenação da Comissão Mulher Economista. Em 2023, passou a fazer parte do

Conselho de Previdência Privada – Sebraeprev, além de ser associada efetiva do Grupo Educacional ACBEU.

Edval Landulfo – Economista e especialista em Controladoria e Finanças, Edval Landulfo é vice-presidente do CORECON-BA e atua como professor de graduação e MBA nas áreas de Finanças e Economia. Palestrante experiente, aborda temas como educação financeira, finanças pessoais e corporativas. Atua pela Landulfo Finanças Consultoria e Treinamento como especialista em economia, finanças e planejamento estratégico. Sua trajetória inclui experiências em instituições financeiras, multinacionais e grupos corporativos nacionais, destacando-se na elaboração de estudos de viabilidade, análises econômico-financeiras e planejamento estratégico.

São atribuições do Presidente:

- I. Cumprir e fazer cumprir a Lei, os Regulamentos, o Regimento Interno, as Resoluções e Deliberações do Cofecon e do Corecon/BA;
- II. Administrar e representar legalmente o Corecon/BA; dar posse aos delegados regionais e fiscais e, perante o Plenário, aos Conselheiros Efetivos e Suplentes; constituir comissões e grupos de trabalho "ad referendum" do Plenário;
- III. Admitir, promover, licenciar, remover e demitir funcionários, bem como firmar contratos de trabalho, tudo segundo diretrizes contidas na legislação em vigor;
- IV. Encaminhar ao Cofecon, no prazo legal, prestação de contas, devidamente instruídas; autorizar o recebimento das importâncias a qualquer título destinadas ao Corecon, a movimentação de contas bancárias, assinar cheque e passar recibos juntamente com o Superintendente e/ou com o responsável pela Seção Financeira e autorizar o pagamento das despesas;
- V. Submeter ao Plenário a proposta orçamentária, remetendo-a, após a aprovação, ao Conselho Federal de Economia para homologação;
- VI. Apresentar ao Plenário o relatório anual das atividades e a prestação de contas; dar ciência ao Plenário das instruções, resoluções e deliberações do Conselho

Federal de Economia; presidir o Tribunal Regional de Ética previsto no Regimento Interno;

VII. Elaborar relatório sucinto, na data do término do mandato, a ser entregue ao novo Presidente, no ato de posse efetiva e com cópia aos demais Conselheiros, informando, com base em documentação autenticada pelos servidores responsáveis pela Superintendência, pela Contabilidade e pela Seção Financeira, os seguintes pontos:

- 1 - posição dos saldos bancários em 31 de dezembro do ano anterior;
- 2 - relação de cheques emitidos e ainda não debitados pelo Banco;
- 3 - relação de débitos vencidos até 31 de dezembro do ano anterior e não pagos, incluindo, se for o caso, folhas de salários e encargos sociais;
- 4 - relação de compromissos assumidos junto a terceiros, inclusive por serviços e fornecimentos já feitos, ainda que não vencidos;
- 5 - relação de compromissos assumidos junto a terceiros, por serviços ou fornecimentos futuros, de caráter eventual.

Ao vice-presidente cabe substituir o presidente nos seus impedimentos, faltas ou vacância, sendo que no caso de vacância daquele, será realizada eleição para a escolha de novo vice-presidente.

2.5 Ambiente Externo

Os impactos gerados pelo cenário econômico mundial tem trazido reflexos na economia como um todo, especialmente com a redução de postos de trabalho e endividamento das famílias, situação que infelizmente tem se agravado nos últimos anos trazendo consequências negativas para o sistema Cofecon/Corecon's.

Apesar da relativa melhora na economia brasileira, o Corecon/BA ainda padece dos efeitos negativos gerados pela redução da atividade econômica, cujos reflexos se perduram ainda no pós-pandemia.

Por consequência, a baixa atividade econômica dentre outras coisas, afetou em muito a arrecadação do Regional, no entanto houve um decréscimo no número de

inadimplentes na ordem de 1,32 % comparando-se com o ano anterior. Saliente-se, ainda, que quanto ao número de cancelamentos de registros houve um decréscimo de 89,30%, bem como também houve um decréscimo nos números de suspensão de registros de 8,33%.

Diante desta realidade, manteve-se como prioridade da gestão, a manutenção de medidas austeras de contenção de despesas, o que possibilitou encerrar o exercício com um superávit de R\$ 61.036. Buscou-se apoiar com custos mínimos eventos em sua maioria ainda no formato digital, bem como manteve-se a publicação do Livro Reflexões de Economistas Baianos através do apoio financeiro da Bahiagás e para a Semana do Economista contou com o apoio do Sebre/BA e Banco do Nordeste do Brasil.

2.6 Modelo de Negócios

Por ser uma Autarquia de Fiscalização Profissional, órgão da Administração Pública Indireta, considerada uma Autarquia sui generis, a entidade não recebe verbas ou subsídios governamentais de nenhuma natureza. Assim, tem seu modelo de negócios, se assim pode-se dizer, baseado unicamente na fiscalização do exercício profissional e no que arrecada com anuidades, taxas e emolumentos que são cobrados pela entrega de serviços.

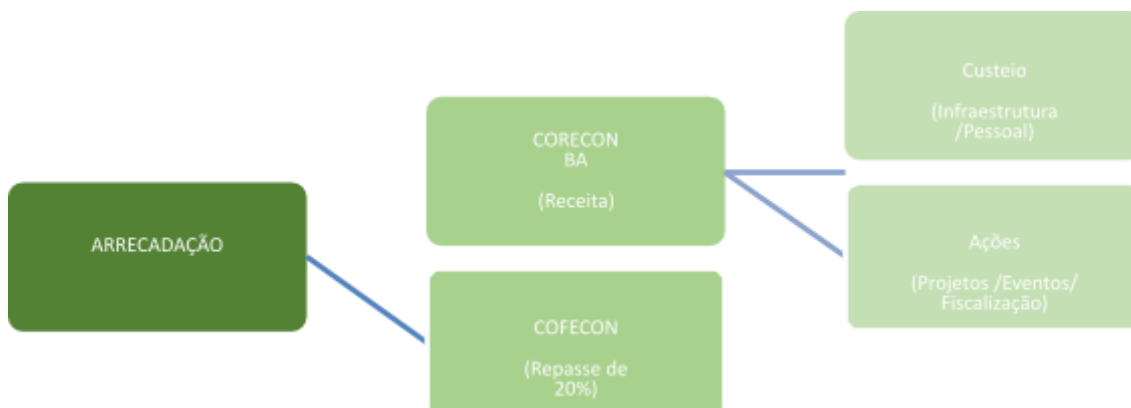
Do total da sua arrecadação, 20% (vinte por cento) são repassados automaticamente ao Conselho Federal de Economia na forma de cota-parte, e o restante é revertido para a manutenção da entidade e prestação de serviços, tanto para a categoria profissional dos Economistas e da classe estudantil, quanto para a sociedade através do próprio exercício da fiscalização profissional e da promoção de debates, capacitações, eventos comemorativos, apoios e patrocínios institucionais, representação em eventos do Sistema e em outros relacionados à Economia em nível regional e nacional.

O modelo e as ações mencionadas são fortemente impactados por variáveis externas, como por exemplo os cenários econômicos, especialmente o atual ainda deteriorado pela pandemia mundial da Covid-19, que causou desocupação na categoria dos contribuintes, tendo por consequência, uma menor arrecadação mesmo com a utilização intensiva das ferramentas de cobrança. Tais impactos

podem limitar ou até inviabilizar a execução e ampliação de ações que tragam benefícios aos agentes envolvidos.

Não se aplica à entidade composição acionária de capital social, nem participação em sociedades.

2.7 Acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos



3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3.1 Planejamento estratégico

As iniciativas sistematizadas no Planejamento Estratégico do Corecon/BA tem como premissa assegurar a continuidade de ações voltadas para a fiscalização da atuação do profissional economista, arrecadação de anuidades, valorização da profissão, fortalecimento da imagem institucional e a otimização da gestão Administrativa e Financeira da Autarquia.

Objetivo Geral

Estreitar as relações entre a instituição, o economista e a sociedade, buscando uma constante interação com o profissional no sentido de melhor atendê-lo enquanto profissional registrado e conseqüentemente sensibilizá-lo quanto às demandas da entidade através, principalmente da comunicação institucional e fiscalização da profissão..

3.2 Ações adotadas para atingir os objetivos estratégicos:

Parcerias Institucionais – ampliar e manter o número de parceiros institucionais, tais como Companhia de Gás da Bahia – BAHIAGÁS, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB, Sebrae/BA – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Salvador – UNIFACS, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, com a finalidade de buscar atender as participações em eventos do Conselho.

Interiorização

- Participação em eventos de Economia promovidos por iniciativa das Faculdades de Economia como Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), localizadas em regiões estratégicas do interior baiano, de amplo interesse para o Coreco
- Promoção dos eventos do Sistema Cofecon/Corecon's – Prêmio de Monografia Economista Jairo Simões, Comenda Rômulo Almeida, Gincana de Economia e Desafio Quero Ser Economista.

Divulgação das ações e fortalecimento da imagem institucional do Conselho:

- Atualização do site do Corecon, inserindo maior número de informações e ferramentas possíveis, visando expandir o acesso dos interessados e o estreitamento da relação entre o Conselho, os economistas baianos e a sociedade;
- Ampliação e intensificação do uso de redes sociais;
- Ampliação, sempre que possível e oportuno, de inserções na mídia local;
- Seminários/cursos/palestras
- Promoção entre a categoria dos economistas, estudantes e sociedade em geral, de seminários, cursos e eventos voltados para a discussão de temas inerentes à

economia, regional e nacional, através do Plenário da entidade e convidados.

Acompanhamento da agenda estadual e nacional de eventos

- Acompanhar a agenda do Conselho Federal de Economia e de outros órgãos, bem como das entidades baianas relacionadas à economia, além das Faculdades de Economia do Estado da Bahia;
- Acompanhamento da agenda de eventos em nível nacional, enviando economistas representantes da entidade, na medida do seu interesse e da disponibilidade de recursos financeiros.

3.3 Descrição das estruturas de governança

Haja vista a Governança no setor público compreender principalmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar a atuação da gestão, o Corecon/BA tem instituído comissões estratégicas e faz uso de reuniões que possibilitam discutir, direcionar e monitorar a atuação das gestões, buscando o melhor funcionamento e atendimento na prestação de serviços de interesse da categoria profissional que representa e, conseqüentemente para a sociedade, na medida dos recursos disponíveis.

As Sessões Plenárias Ordinárias com periodicidade mensal e eventuais reuniões extraordinárias, atreladas a outras na medida diante do surgimento de algumas necessidade, servem como base de avaliação da gestão, indicando mudanças e redirecionamento quando necessários.

Plenário	Instância superior de decisão colegiada
CTC – Comissão de Tomada de Contas	Responsável pela apreciação e deliberação sobre as contas da entidade
CPL – Comissão Permanente de Licitações	Responsável por analisar as melhores propostas para contratações e aquisições da entidade

Presidência	Órgão principal de decisão singular
Superintendência	Órgão de execução de atividades meio e de apoio às atividades fins
Assessoria Jurídica	Responsável pelas demandas jurídicas da entidade
Assessoria Contábil	Responsável pela parte de escrituração contábil e elaboração das prestações de contas da entidade
Assessoria de Comunicação	Responsável pelo relacionamento da entidade com o público-alvo e divulgação das ações
Setor de Fiscalização	Responsável pela fiscalização do exercício profissão
Setor de Registro	Responsável pelos processos de registros de profissionais da entidade
Setor Financeiro	Responsável pelos processos de pagamento da entidade

A gestão e controle são monitoradas e avaliadas através de reuniões, onde são discutidos sobre os feitos, o que está em curso e seus respectivos resultados, bem como as ações futuras sujeitas ou não a modificações no transcurso do tempo.

Retornos encaminhados pelo público alvo, também servem internamente para aprimorar a gestão, o funcionamento da entidade e o realinhamento de ações, especialmente no tocante aos serviços prestados à categoria dos economistas e à sociedade.

Os serviços prestados pela entidade são específicos por natureza e dirigidos também a um público específico, porém, através da fiscalização do exercício profissional, o Conselho busca ampliar e melhorar os resultados, levando benefícios para a sociedade, garantindo, dentro das suas possibilidades, que os profissionais estejam registrados, regulares e aptos ao exercício profissional legal.

3.4 Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Quanto aos canais de comunicação para com seu público-alvo e demais partes interessadas, a entidade disponibiliza diversas ferramentas como site, e-mail institucional, redes sociais, boletim informativo e prestações de contas das ações da gestão através de relatórios de gestão. Todas as demandas que chegam à entidade são tratadas, de forma a dar as respostas necessárias e com a agilidade possível junto às partes demandantes.

Principais ações da Comunicação em 2024

A participação espontânea de economistas na mídia foi o principal destaque da Comunicação Institucional do Corecon-BA em 2024. Resultado do trabalho de Comunicação realizado nos anos anteriores, os conselheiros do Corecon-BA foram amplamente demandados pela mídia nacional e regional para participação em entrevistas na imprensa da TV, rádios, impressos e internet. A Assessoria de Comunicação do Conselho também atuou na edição e publicação de edições especiais de artigos redigidos pelos conselheiros para repercussão nos canais da autarquia.

Principais atividades

- Organizou, coordenou e executou todos os eventos promovidos pelo Corecon-BA em 2024;
- Ampliou a audiência orgânica do Instagram do Corecon-BA (+ 20 mil alcance espontâneo de contas + 250 novos seguidores);
- Gerenciou conteúdo da página no Facebook, com notícias e

informações de interesse da categoria;

- Elaborou peças de comunicação (design gráfico) para divulgação de avisos, eventos e campanhas pelo Corecon (+ de 50 peças produzidas);
- Durante o ano, atualizou o site, o portal da transparência e apoiou o setor Administrativo do Corecon-BA, participando de reuniões internas e de alinhamentos de Comunicação com o Cofecon.

Algumas ações de divulgação realizadas pela Comunicação



CORECON VISITA



Reunião na Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE)



Reunião na Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Exportação (SETRE), com o secretário Davidson Magalhães.



Reunião na Secretaria Estadual de Educação, com Manoel Vicente da Silva Calazans, assessor Especial da Secretária.



Reunião na Bahlagás, com Luiz Gouveia, Diretor Presidente, e Larissa Patrícia, Diretora Técnica e Comercial.

CORECON VISITA



Reunião no Sistema Fieo/Uniar, com Superintendente do Setor Bahia, Carlos Magalhães, Diretor de Apoio, Guilherme Moura, e Assessoria Econômica, Simone Cordeiro, e pesquisadores da Senar, Bahia, Natelvan Espino.



Reunião com a Coordenação de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado.



Reunião com o Presidente da FIEB, Carlos Passos, e com o superintendente Vladson Marinho.



Reunião no Sistema Fecomércio BA, com o presidente Nelson Fernandes.

CORECON VISITA



Reunião do Banco do Nordeste, com o superintendente do BNB, Pedro José de Lima Neto, e a gerente de Negócios, Barbara Marques.



Reunião na Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Sepplan) com o superintendente de Planejamento, Estratégia, Inovação e Projetos, Daniel Barreto, e sua equipe, representada no ocasião por Ana Cristina, assessora técnica de Sepplan e coordenadora do Corecon BA, Luanna Moura e Isabela Palm.



Reunião no Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia, com economista e presidente do Sinape, Jorge Tadeu Pinheiro Coelho, e pela vice-presidente Maria Augusta Oliveira Serra.



Reunião com o secretário de Administração do Estado da Bahia, Edvaldo Guedes.

CORECON VISITA



Reunião na Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE)



Reunião na Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Exportação (SETRE), com o secretário Davidson Magalhães.



Reunião na Secretaria Estadual de Educação, com Manoel Vicente da Silva Calazans, assessor Especial da Secretária.



Reunião na Bahlagás, com Luiz Gouveia, Diretor Presidente, e Larissa Patrícia, Diretora Técnica e Comercial.

CORECON VISITA



CORECON NAS IES



CORECON NAS IES



SEMANA DO ECONOMISTA 2024 22 e 23 DE AGOSTO





Demonstração e contextualização dos Resultados

- a) Trimestralmente o Corecon encaminha ao Cofecon prestações de contas e ao final do exercício, a entidade encaminha ao Conselho Federal de Economia um Relatório, acompanhado pela prestação de contas do exercício.
- b) A representatividade dos resultados alcançados, apesar das dificuldades encontradas, foram condizentes com as demandas e com o potencial da entidade naquele momento, porém, há expectativas de serem melhorados nos exercícios seguintes.
- c) Tendo em vista a diminuição na arrecadação, algumas ações planejadas foram inviabilizadas, como a realização de mais eventos presenciais e o apoio financeiro às ações promovidas por outras instituições parceiras.
- d) Salientamos que mesmo com dificuldades, a autarquia manteve uma agenda ativa de ações presenciais, bem como as realizadas em plataformas virtuais, com bastante participação na mídia.
- e) O empenho e dedicação dos gestores, atrelados ao comprometimento dos servidores da instituição foram fatores indispensáveis para a execução das

atividades.

4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Observa-se nos últimos anos uma diminuição na base de contribuintes dentro de todo o sistema nacional, com causas que variam desde aposentadorias, não exercício da profissão e desemprego.

Inicialmente, essa dificuldade se apresenta através do não pagamento das contribuições e, posteriormente, quando são utilizados os mecanismos de cobrança por parte do Conselho, a situação se agrava, através do crescimento de pedidos de cancelamentos e/ou de suspensão de registros.

Os movimentos mencionados acima, trazem por consequência, uma diminuição na base de contribuintes e da arrecadação da entidade, que em anos anteriores se intensificou, tendo em vista a implantação por parte do Conselho Federal de um novo sistema de cadastro, que impactou as receitas do Conselho.

Como mencionado, alguns economistas quando são cobrados pedem cancelamento ou suspensão do registro e, relativo aos que permaneceram, não foi possível efetuar cobrança de forma eficiente tendo em vista o novo sistema de cadastro não haver fornecido base de dados confiável para cobrança., restando assim, prejudicada a arrecadação da entidade via recolhimento de anuidades, única fonte de arrecadação dos Conselhos de Fiscalização Profissional.

Apesar de serem Autarquias, de estarem subordinados às Leis que regem a Administração Pública e ainda de não receberem subsídios e/ou transferências governamentais, estes órgãos precisam executar um plano de ação para fazer frente às demandas dos seus principais públicos, quais sejam, os profissionais registrados, a classe estudantil e a própria sociedade tornando-se mais difícil de atender, em função da diminuição de suas receitas.

Tendo em vista a necessidade de fazer frente a todas as demandas impostas pelos agentes que se relacionam com a entidade, os Conselhos Regionais de Economia ainda lida com outros problemas relacionados às Legislações que regem a profissão, restando salientar a Lei 1.411/51, que regulamenta a profissão do Economista e o Decreto 31.794/52, que regulamenta o exercício da profissão do

Economista, que tem se demonstrado insuficientes para garantir a atuação profissional e a reserva de mercado desta categoria. Apresentam-se frágeis e obsoletos a ponto de alguns campos de atuação profissional do economista serem constantemente invadidos e apropriados por profissionais de outras áreas, sem que haja amparo legal para uma ação fiscalizatória mais efetiva.

Nos últimos anos, novas profissões foram regulamentadas e outras perceberam a necessidade de adequações das suas Legislações e muitas profissões avançaram, porém a Legislação que rege os assuntos relacionados à profissão do Economista, incluindo o seu campo de atuação privativo não evoluiu conforme as legislações de outras profissões o que prejudicou e vem prejudicando enormemente a atuação profissional e conseqüentemente a atuação dos Conselhos Regionais de Economia.

Neste contexto, o Corecon/BA está inserido e lida com as dificuldades, em menor ou em maior grau em comparação a outros Conselhos Regionais de Economia.

Apesar de ter sido muito afetado, o Corecon/BA tem tomado medidas rígidas de controle para não prejudicar a execução de um plano básico de ação, impactando da menor forma possível o retorno para com o público-alvo.

Como forma de causar menos impacto aos demandantes que se relacionam com a entidade, o Corecon/BA continua apoiando e participando, porém de forma bem menos robusta, principalmente os eventos que demandem patrocínios, diminuído gastos com passagens e diárias de viagens, além de melhor aproveitamento de parcerias institucionais para execução de eventos com temas relevantes voltados à categoria profissional dos economistas de forma a não impactar negativamente as contas da instituição.

Como forma de dar andamento às suas ações, a entidade continua se utilizando de patrocínios e suas contas são monitoradas com intervalos curtos, através de uma Comissão de Finanças permanente, bem como pelo Plenário da casa. Além disso, ocorrem as costumeiras prestações de contas trimestrais pelas quais passa a entidade internamente, através da sua CTC e, externamente, pela CTC do Cofecon.

Apesar das dificuldades enfrentadas devido aos cenários expostos, o Corecon/BA não deixou de promover debates de excelência sobre temas relevantes, em cumprimento do seu papel institucional.

Importante mencionar que mesmo com o quadro funcional reduzido, o Conselho tem feito frente às demandas que surgem, cumprindo com suas obrigações e se mantendo com excelentes índices de liquidez e solvência, demonstrando comprometimento das gestões para com a entidade.

Após o estabelecimento e funcionamento pleno do nosso sistema de cadastro, as ações de cobrança de crédito tributário foram executadas internamente via sistema o que permitiu um pequeno aumento na arrecadação da entidade e o fechamento do exercício em superávit.

Como importante medida para redução da inadimplência, cabe salientar que o Corecon/BA aderiu ao Programa Nacional de Recuperação de Créditos instituído pelo Conselho Federal de Economia, possibilitando a negociação das dívidas de anuidades em condições diferenciadas, com isenção e diminuição de multas e juros, a depender da opção de pagamento escolhida pelo profissional com ampla divulgação por comunicados via email, redes sociais, site institucional, lista de distribuição e mensagens diretas via disparador de e-mails, para reforçar os incentivos a adesão ao programa de refinanciamento de débitos.

Outro aspecto importante a mencionar é que o Corecon/BA promove sistematicamente ações de cobrança, com pelo menos duas recobranças anuais e o Conselho também se utiliza da base da RAIS no seu processo de fiscalização, através de convênio firmado pelo Cofecon.

Por fim, importante mencionar que as ações de cobrança geram um aumento nos pedidos de cancelamento de registros.

5 RESULTADOS DA GESTÃO

Tendo em vista o objetivo estratégico maior da entidade, de valorizar sempre a profissão do economista, mesmo frente às limitações de recursos e demais dificuldades enfrentadas, o Corecon/BA obteve bons resultados, pois conseguiu manter algumas ações já consolidadas e ampliou outras, como a realização de eventos através de lives e a potencialização do uso de redes sociais.

Apesar de um ano difícil, a gestão priorizou as contas da entidade, mas sem perder o foco no fortalecimento da relação com a categoria profissional promovendo e apoiando eventos voltados para a discussão de temas relevantes do cenário

econômico regional e nacional, como também buscou estreitar ainda mais as relações com os cursos de Economia espalhados pelo Estado.

Foram executadas satisfatoriamente iniciativas como a manutenção do “Prosa com Elas”, programa de debate virtual promovido pela Comissão da Mulher Economista; a promoção da Semana do Economista, com vasta programação, incluindo as comemorações do Dia do Economista e premiações, bem como a participação de conselheiros da autarquia em eventos e debates promovidos pelos cursos de Economia do Estado e outros parceiros, fortalecendo as relações institucionais.

Diante do cenário econômico pelo qual atravessa o país, especialmente no tocante aos seus efeitos político-econômicos danosos, ainda em um quadro de incertezas futuras, o grande desafio da entidade para as próximas gestões será ampliar e retomar iniciativas relevantes para a categoria profissional, estimular debates e a participação do Conselho em pautas alusivas à retomada do desenvolvimento econômico e dar continuidade as políticas que visam assegurar o equilíbrio financeiro da entidade.

No tocante às perspectivas para os próximos exercícios, a entidade pretende manter os programas que já fazem parte das suas atividades permanentes, intensificando e ampliando os canais de comunicação com seu público-alvo, buscando novos parceiros institucionais que tragam benefícios para a entidade e para os profissionais registrados, levando para a sociedade a discussão de temas relevantes da economia, ampliando sua fiscalização e investindo em novos e mais eficientes mecanismos que possibilitem o aumento da arrecadação.

Tendo em vista o tamanho da entidade, o modelo utilizado para avaliação de riscos é constituído por reuniões plenárias ordinárias mensais, de reuniões extraordinárias quando necessário, além de outras reuniões onde deliberações são tomadas e ajustes são propostos na medida em que se identificam como necessários.

Quanto às contas da entidade, como já mencionado, são monitoradas permanentemente através de elaboração, prestação e apresentação das contas através de material elaborado pela assessoria contábil, apresentado à Comissão de Tomada de Contas – CTC e submetido ao Plenário da entidade, além dos encaminhamentos de prestações de contas trimestrais e anual apresentada ao

Plenário do Conselho Federal.

5.1 AÇÕES E EVENTOS REALIZADOS

Seminário sobre a Economia do Cuidado, no Mês da Mulher.

Prosa Com Elas no Outubro Rosa - A importância do diagnóstico precoce e da rede de apoio multidisciplinar no enfrentamento da doença

Semana do Economista – Dois dias de evento, mais de 40 expositores convidados, envolvidos em 11 atividades entre minicursos, mesas redondas e palestras. A programação da Semana do Economista 2024 foi intensa e repleta de conteúdos voltados para fortalecer o debate sobre a economia e suas diversas vertentes.

Outorgas da Comenda Rômulo Almeida e do Prêmio de Monografias Jairo Simões 2024.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

- Solenidade de lançamento do projeto “Memórias e Futuro da Economia Brasileira”, promovido pelo COFECON
- Participação, como apoiador e expositor, do XIX Encontro de Economia Baiana, realizado no auditório da Faculdade de Economia da UFBA
- Participação, como expositor, do Lançamento do livro “Números da Discriminação Racial: Desenvolvimento humano, equidade e políticas públicas”
- Participação, como expositor, da audiência pública com o tema Educação Financeira no Município de Salvador, presidida pelo vereador Sílvio Humberto.
- Participação como expositor do III Seminário Mulher e Diversidade realizado pela Comissão da Mulher e Diversidade do COFECON em Belo Horizonte-MG
- Participação, como expositor, do Fórum Gestor do FNE-Bahia, realizada no auditório da Superintendência Estadual do BNB
- I Festival Movaê – Empreendedorismo Negro, Inovação, Tecnologia e Economia Criativa. Isabel Ribeiro integrou o painel “Empreendedorismo e

Ancestralidade”.

- Fórum da Mulher Economista e Diversidade, realizado no Simpósio Nacional dos Conselhos Regionais de Economia (XXVIII SINCE).
- Fórum dos Conselhos de Profissões Regulamentadas do Estado da Bahia
- Lançamento do livro Microeconomia Brasileira Contemporânea

5.2 RELAÇÃO COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

- Manteve relações com os cursos de graduação em Economia das universidades e faculdades públicas e privadas do Estado, através da divulgação e participação em eventos online, promovidos pelas instituições ao longo do ano;
- Participação na Abertura da Semana do Economista da UFBA.
- Participação Semana de Economia da Universidade Estadual de Feira de Santana.
- Abertura da Semana do Economista da UFBA.
- Aula inaugural dos calouros do curso de Economia da UEFS
- Semana de Economia da Universidade Estadual de Feira de Santana
- Divulgou entre as universidades o concurso “Prêmio Brasil de Economia”, promovido pelo Cofecon, e inscreveu trabalho vencedor do Prêmio de Monografias Jairo Simões no certame nacional.
- Divulgou o prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas, iniciativa do Cofecon e do Instituto Paul Singer criada para incentivar atividades de economia solidária no formato de projetos de extensão, preferencialmente em incubadoras universitárias.

5.3 BENEFÍCIOS DIRETOS PARA O PROFISSIONAL

- Manteve as parcerias com a Qualicorp e CACSS para a oferta de planos de saúde com preços diferenciados aos economistas adimplentes e seus dependentes;
- Aderiu à do Programa Nacional de Recuperação de Créditos;
- Manteve convênios com escolas de primeiro e segundo graus com desconto para dependentes de economistas adimplentes;

- Renovou convênio com a Rui Juliano Perícias, instituição que concede desconto de 15% aos profissionais registrados;
- Ofertou oficinas / cursos gratuitos em diversas áreas, promovidos na modalidade remota pelo Sistema Cofecon/Corecons;
- O Corecon-BA realizou treinamento para processo de modernização do conselho, via implantação do SEI e Sistema BRC;
- Editou artigos para a coluna intitulada “Análises e Reflexões de Economistas”, espaço para divulgação de artigos de profissionais baianos.

6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

6.1 Gestão Orçamentária e Financeira

6.1.1 Aspectos Econômicos Gerais

A Receita Orçamentária arrecadada no exercício financeiro de 2024, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário, totalizou R\$ 1.162.863,55 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos). A Despesa Orçamentária realizada no mesmo período foi de R\$ 1.110.960,00 (um milhão, cento e dez mil, novecentos e sessenta reais), resultando em um superávit orçamentário de R\$ 51.903,55 (cinquenta e um mil, novecentos e três reais e cinquenta e cinco centavos). Ao comparar os resultados da execução orçamentária dos exercícios financeiros de 2023 e 2024, observa-se uma melhora significativa: enquanto em 2023 foi registrado um déficit de R\$ 89.033,93 (oitenta e nove mil, trinta e três reais e noventa e três centavos), em 2024 houve um superávit de R\$ 61.036,96 (sessenta e um mil, trinta e seis reais e noventa e seis centavos). Esse avanço decorre, principalmente, das medidas adotadas a partir de 2024, que ampliaram as estratégias de cobrança e intensificaram a recuperação da dívida ativa. Convém destacar que o superávit apurado em 2024 reflete não apenas o controle orçamentário, mas também o resultado econômico superavitário de R\$ 22.546,24 (vinte e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), decorrente de Variações Patrimoniais Aumentativas superiores às Variações Patrimoniais Diminutivas. O Balanço Patrimonial, ao final de 31 de

dezembro de 2024, apresentou um Ativo Circulante de R\$ 549.118,10 (quinhentos e quarenta e nove mil, cento e dezoito reais e dez centavos), que, confrontado com o Passivo Circulante de R\$ 33.335,28 (trinta e três mil, trezentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos), resultou em um superávit financeiro de R\$ 515.782,82 (quinhentos e quinze mil, setecentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos), evidenciando um excelente índice de liquidez. O resultado econômico superavitário, conforme expresso nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, demonstra a gestão cuidadosa que contribuiu para o incremento do Patrimônio Líquido desta Regional, que atingiu, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 2.529.144,07 (dois milhões, quinhentos e vinte e nove mil, cento e quarenta e quatro reais e sete centavos).

No tocante ao orçamento anual, obtivemos os seguintes resultados:

RECEITA	2023	2023	2024	2024
	Previsão	Arrecadação	Previsão	Arrecadação
RECEITAS CORRENTES	1.199.000	895.998	1.139.000	1.162.864
Contribuições Sociais	880.000	680.800	820.000	638.368
Receita Patrimonial	130.000	88.829	130.000	79.717
Receitas de Serviços	20.000	24.059	20.000	23.357
Transferências Correntes	20.000	0	20.000	33.000
Outras Rec. Correntes	149.000	102.311	149.000	388.422
RECEITAS DE CAPITAL	1.000	0	1.000	0
Alienação de Bens Móveis	1.000	0	1.000	0
TOTAL	1.200.000	910.253	1.400.000	1.162.864
DESPESA	2024	2023	2024	2024
	Fixado	Realizado	Fixado	Realizado

DESPESAS CORRENTES	1.178.000	985.032	1.130.000	1.110.960
Pessoal	540.300	497.855	505.450	490.089
Material de Consumo	17.700	8.013	2.060	2.052
Serviços de Terceiros e Encargos	450.000	316.403	421.490	418.356
Transferências Correntes.	170.000	162.761	201.000	200.463
DESPESAS DE CAPITAL	22.000	0	10.000	112
Investimentos	22.000	0	10.000	112
Inversões Financeiras	0	0	0	0
TOTAL	1.200.000	971.768	1.140.000	1.111.072

Em relação à Receita, a arrecadação superou significativamente a previsão inicialmente estabelecida, resultado direto da intensificação dos esforços empreendidos pela entidade para a regularização e quitação da dívida ativa. Essa estratégia incluiu ações mais rigorosas de cobrança, aprimoramento dos processos administrativos e maior engajamento com os contribuintes inadimplentes, o que possibilitou um aumento substancial na recuperação dos créditos públicos.

Esse comportamento positivo ultrapassou as expectativas da entidade, especialmente considerando os fatores externos adversos que marcaram o período, tais como as incertezas econômicas globais e as oscilações no mercado financeiro. Apesar do cenário econômico relativamente favorável observado no período, a complexidade dessas variáveis poderia ter impactado negativamente a arrecadação. No entanto, a adoção de medidas proativas e a intensificação das iniciativas de cobrança foram determinantes para garantir esse desempenho acima do esperado.

Quanto à Despesa, constata-se que a redução, em relação ao exercício anterior, foi considerável, graças às ações de contenção das mesmas. Execução das despesas por modalidade de licitação, por natureza e por elementos de despesa:

DESPESA REALIZADA

DESPESAS CORRENTES

2023	2024
R\$1,00	R\$1,00
497.855	490.089

Pessoal

Ingresso de servidores mediante concurso público, sendo o último em 2009; ou contratação direta, esta última para admissão em cargo de livre nomeação e exoneração- cargo de confiança, nos termos das Resoluções que disciplinam o sistema.

Material de Consumo

Licitação dispensável com base no artigo 24 da Lei 8.666/93

8.013	2.052
-------	-------

Serviço de Terceiros e Encargos

Contratação de terceiros mediante procedimento licitatório modalidade carta-convite, em cumprimento ao que determina a Lei no. 8666/93, ou nos termos do artigo 25, II da Lei no. 8666/93.

316.403	418.356
---------	---------

Diversas Despesas de Custeio

Licitação dispensável com base no artigo 24 da Lei 8.666/93

0	0
---	---

Transferências Intragovernamentais

Pagamento da cota-parte ao Conselho Federal de Economia

162.762	200.465
---------	---------

Contribuição ao PIS/PASEP

3.212	3.375
-------	-------

DESPESAS DE CAPITAL

0	0
---	---

Equipamentos e Materiais Permanentes

Licitação dispensável com base no artigo 24 da Lei 8.666/93

TOTAL

971.768	894.953
---------	---------

6.2 Gestão de Pessoas

No tocante à gestão de pessoas, o quadro de servidores da Autarquia foi preenchido mediante concurso público, excetuando os cargos de livre provimento e exoneração e 3 (três) servidores que ingressaram entre as décadas de 80 e 90, sem a convocação mediante concurso público. A entidade também utilizou da força de trabalho de estagiários, e o quadro funcional era assim composto:

ÁREA DE TRABALHO				
FINANCEIRO	FISCALIZAÇÃO	MESSAGEIRO	REGISTRO	SUPERINTENDÊNCIA
1	1	1	1	1

FAIXA ETÁRIA				GÊNERO	
41 ANOS A 50 ANOS	51 ANOS A 60 ANOS	61 ANOS A 70 ANOS	71 ANOS A 80 ANOS	FEMININO	MASCULINO
2	2	1	0	3	2

ETNIA					UNIDADE DE EXERCÍCIO	
AMARELO	BRANCO	INDÍGENA	PARDO	PRETO	TOTAL DE SERVIDORES	SEDE DO CORECON/BA
0	0	0	4	1	5	5

FAIXA SALARIAL EM R\$				SITUAÇÃO FUNCIONAL	DEFICIÊNCIA/ CARREIRA
1.000,00 A 3.000,00	3.001,00 A 5.000,00	5.001,00 A 7.000,00	7.001,00 A 9.000,00		
1	2	1	1	5	NÃO SE APLICA 0

As despesas com pessoal nos últimos anos evoluiu da seguinte forma:

EVOLUÇÃO DOS GASTOPESSOALS COM	2023	2024	VARIAÇÃO
	R\$ 1,00	R\$ 1,00	%
	497.855	490.089	- 1,58

Observa-se uma redução nos gastos com pessoal do exercício de 2024 em relação ao exercício de 2023, no percentual de 1,58%. Tal redução se deu pela adoção da jornada única de trabalho em turno estendido e a não aplicação de reajustes salariais no período.

Quanto à avaliação de desempenho e meritocracia dos servidores a entidade ainda não está estruturada a ponto de possuir mecanismos que lhe permita proceder a tal avaliação.

Também não se aplica à entidade, a possibilidade de participação dos dirigentes e servidores nos resultados, bem como, uma política de remuneração aos dirigentes e colegiado.

6.3 Gestão de Licitações e Contratos

No tocante às licitações e contratos, estão amparados pela Lei 8.666/93. Relativo à desoneração da folha de pagamentos, conforme disposto no Acórdão TCU 2.859/2013, nos seus itens 9.2 e 9.3 e item 9.3 do Acórdão 671/2018 a entidade não foi impactada, visto que não há contratos com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos, pois, os únicos contratos com terceirização de serviços referem-se à contratação de serviços referentes à Assessorias Jurídica, Contábil e de Comunicação conforme quadro abaixo:

SERVIÇOS DE TERCEIROS	2023	2024	VARIAÇÃO
			%

Assessoria Jurídica e Programa de Apontamento de Título para Protestos	92.795	114.041	22,90
Assessoria Contábil	34.511	35.470	2,78
Assessoria de Comunicação	34.511	35.470	2,70
Serviço de Disparador de E-mail	2.520	2.250	-12

Ainda relativo aos prestadores de serviços encontram-se conforme regulamentação da Lei Federal 8.666/93, possuindo contratos regulares, que compõem o relatório de prestação de contas ao Conselho Federal, todos regularmente aprovados sem ressalvas.

No exercício de 2024, não houve contratações que possam ser associadas aos objetivos estratégicos da entidade.

As contratações realizadas no ano calendário de 2024 foram exclusivamente na modalidade de inexigibilidade e dispensa de licitação, respeitando o que preceitua a Lei 8.666/93.

6.4 Gestão Patrimonial

Não houve investimentos de capital em infraestrutura.

6.4.1 Desfazimento de ativos

Não houve desfazimento de ativos, no exercício de 2024.

6.4.2 Locação de imóveis e equipamentos

No exercício de 2024, a entidade no mês de agosto, obteve a aquisição de 1 (uma) cafeteira. Não houve locação de imóveis no período.

6.4.3 Mudanças e desmobilizações relevantes

Não houve para o exercício de 2024.

6.5 Gestão da Tecnologia da Informação

Considerando que a governança no setor público engloba principalmente os

mecanismos de liderança, estratégia e controles implementados para avaliar a atuação da gestão, verifica-se que a entidade ainda não possui um modelo formal de governança para a gestão da tecnologia da informação.

A gestão das informações administrativas, financeiras e contábeis é realizada por meio de uma plataforma contratada e disponibilizada para todo o sistema Cofecon/Corecon's, por intermédio do Conselho Federal de Economia. A responsabilidade pelo suporte completo, bem como pelas adequações, correções e atualizações do software, cabe à empresa desenvolvedora, que atua conforme a necessidade.

No mês de novembro, todos os processos passaram a ser registrados no SEI – Sistema Eletrônico de Informações, com treinamentos promovidos pelo COFECOM – Conselho Federal de Economia aos funcionários para assegurar a correta utilização da ferramenta.

No que tange à segurança da informação, o software utilizado incorpora mecanismos de proteção de dados. Além disso, os equipamentos do Conselho Regional de Economia contam com antivírus atualizados, com o objetivo de minimizar os riscos e impactos decorrentes de eventuais tentativas de invasão ou ataques cibernéticos.

6.6 Gestão de Custos

6.6.1 Por falta de previsão legal, o Corecon/BA não faz parte do Sistema de Custos do Governo Federal (Portaria STN 157, de 9 de março de 2011).

6.7 Sustentabilidade ambiental

Considerando o porte da entidade e o reduzido impacto ambiental causado por suas atividades, não foram estabelecidos critérios específicos de sustentabilidade nas contratações e aquisições.

Ainda assim, o Conselho adota práticas sustentáveis em suas rotinas administrativas internas sempre que possível. Entre essas práticas estão a reutilização de papel, a reciclagem intensiva de toners, além da minimização do uso de produtos químicos e do consumo de água nos processos de limpeza da entidade.

Na operação diária, utiliza-se apenas a quantidade necessária de sacos plásticos, além do aproveitamento da luz natural em grande parte dos ambientes. As lâmpadas convencionais foram substituídas por lâmpadas de LED, e, temporariamente, são realizadas manutenções preventivas nas instalações elétricas e hidráulicas, contribuindo para a eficiência e a sustentabilidade da entidade.

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Conselho Regional de Economia da 5ª Região

CNPJ: 42.186.866/0001-89

Rua Frederico Simões, n° 98, Sala 505 Edf. Advanced Trade Center - Caminho das Árvores

SALVADOR -BA

Telefone: (71) 3341-1597

Balço Orçamentário

Ano do Exercício: 2024

Período: 01/01/2024 até 31/12/2024

Número Conta	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	1.139.000,00	1.139.000,00	1.162.863,55	-23.863,55
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	820.000,00	820.000,00	638.367,98	181.632,02
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	150.000,00	150.000,00	98.350,50	51.649,50
6.2.1.3	FINANCEIRAS	0,00	0,00	4.723,43	-4.723,43
6.2.1.4	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	145.000,00	145.000,00	388.421,64	-243.421,64
6.2.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.000,00	20.000,00	33.000,00	-13.000,00
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
6.2.2	RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
6.2.2.2	ALIENAÇÕES DE BENS	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
	TOTAL DAS RECEITAS:	1.140.000,00	1.140.000,00	1.162.863,55	-22.863,55

TOTAL GERAL:

1.162.863,55

Número Conta	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	1.130.000,00	1.130.000,00	1.101.714,08	1.110.960,00	28.285,92
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	456.000,00	496.290,00	472.014,88	480.974,19	24.275,12
6.3.1.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	13.000,00	9.160,00	9.114,90	9.114,90	45,10
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	457.000,00	423.550,00	420.121,05	420.407,66	3.428,95
6.3.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	204.000,00	201.000,00	200.463,25	200.463,25	536,75
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	10.000,00	10.000,00	112,51	112,51	9.887,49
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	10.000,00	10.000,00	112,51	112,51	9.887,49
	TOTAL DAS DESPESAS:	1.140.000,00	1.140.000,00	1.101.826,59	1.111.072,51	38.173,41
	SUPERÁVIT			61.036,96		
	TOTAL GERAL:			1.162.863,55		

Isabel de Cassia Santos Ribeiro

CPF: 261.884.225-15

(Presidente)

Pedro Gomes da Silva

CPF: 001.137.005-04

CRQ: BA 4.320

(Contador)



Conselho Regional de Economia da 5ª Região

CNPJ: 42.186.866/0001-89

Rua Frederico Simões, n° 98, Sala 505 Edf. Advanced Trade Center - Caminho das Árvores

SALVADOR-BA


Telefone: (71) 3341-1597


Balanco Financeiro

Ano do Exercício: 2024

Período: 01/01/2024 até 31/12/2024

Ingressos Títulos	Valor	Dispêndios Títulos	Valor
RECEITA ORÇAMENTARIA	1.162.863,55	DESPESA ORÇAMENTARIA	1.111.072,51
RECEITAS CORRENTES REALIZADA	1.162.863,55	DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	1.110.960,00
RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	112,51
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	1.388.108,52	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	1.363.427,88
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	124.344,38	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	114.471,01
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	10.424,22	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	22.212,55
PESSOAL A PAGAR	388.665,07	PESSOAL A PAGAR	391.005,90
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	105.737,77	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	108.960,01
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	528.473,83	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	526.314,86
TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	200.463,25	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	200.463,25
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	361.920,42	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	408.392,40
TOTAL GERAL	2.882.892,49	TOTAL GERAL	2.882.892,49


Isabel de Cassia Santos Ribeiro
CPF: 261.884.225-15
(Presidente)


Pedro Gomes da Silva
CPF: 001.137.005-04
CRC: BA 4.320
(Contador)



Conselho Regional de Economia da 5ª Região
CNPJ: 42.186.866/0001-89
Rua Frederico Simões, nº 98, Sala 505 Edf. Advanced Trade Center - Caminho das Árvores
SALVADOR -BA
Telefone: (71)3341-1597

Balanco Patrimonial Comparado

Lei do Exercício: 2024

Período: 01/01/2024 até 31/12/2024

Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
1	ATIVO	2.562.479,85	2.543.337,21	2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.562.479,85	2.543.337,21
1.1	ATIVO CIRCULANTE	549.118,10	501.731,16	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	33.335,28	36.739,38
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	408.392,40	361.920,42	2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIAS A PAGAR	11.051,61	16.614,68
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	408.392,40	361.920,42	2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	4.546,12	6.886,95
1.1.1.1.01	CAIXA	0,00	0,00	2.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR	4.546,12	6.886,95
1.1.1.1.02	FUNDO FIXO DE CAIXA	0,00	0,00	2.1.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	6.505,49	9.727,73
1.1.1.1.03	BANCOS CONTA MOVIMENTO	42.491,19	41.083,99	2.1.1.2.01	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	6.505,49	9.727,73
1.1.1.1.04	BANCOS CONTA ARRECAÇÃO	0,00	0,00	2.1.2	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	13.583,67	11.424,70
1.1.1.1.05	DISPONÍVEL VINCULADO EM C/C BANCÁRIA	365.901,21	320.836,43	2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	13.583,67	11.424,70
1.1.1.1.06	DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	0,00	2.1.2.1.01	OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO	709,51	41,40
1.1.1.1.07	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00	0,00	2.1.2.1.02	DEPOSITOS CONSIGNÁVEIS	11.761,86	9.580,63
1.1.1.1.08	ADIANTAMENTOS	0,00	0,00	2.1.2.1.03	FORNECEDORES PRESTADORES DE SERVIÇOS	1.112,30	1.802,67
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	140.725,70	139.810,74	2.1.3.2.01	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	0,00	0,00
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	0,00	9.873,37	2.1.3.3	VALORES EM TRÂNSITO	0,00	0,00
1.1.3.1.01	ADIANTAMENTOS A PESSOAL	0,00	9.873,37	2.1.3.3.01	VALORES EM TRÂNSITO	0,00	0,00
1.1.3.5	DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	138.725,70	126.937,37	2.1.5.1	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
1.1.3.5.01	DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	138.725,70	126.937,37	2.1.5.1.01	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
1.1.3.7	SUPRIMENTOS DE FUNDOS APLICADOS	2.000,00	3.000,00	2.1.6	VALORES DE TERCEIROS A RECEBER	8.700,00	8.700,00

1.1.3.7.01	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A COMPROVAR	2.000,00	3.000,00	2.1.6.1	CAUÇÕES	3.700,00	3.700,00
1.1.3.8	OUTROS VALORES A RECEBER	0,00	0,00	2.1.6.1.01	CAUÇÕES	3.700,00	3.700,00
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	2.013.361,25	2.041.606,05	2.2	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.541.746,21	1.570.103,52	2.2.1	DIVIDA DE LONGO PRAZO	0,00	0,00
1.2.1.1	CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	1.541.746,21	1.570.103,52	2.2.1.1	DIVIDA DE LONGO PRAZO	0,00	0,00
1.2.1.1.03	DIVIDA ATIVA	1.541.746,21	1.570.103,52	2.2.2.1	DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
1.2.2	INVESTIMENTOS IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	471.615,04	471.502,53				
1.2.2.2	IMOBILIZADO	471.615,04	471.502,53				
1.2.2.2.01	BENS MÓVEIS	110.591,81	110.479,30				
1.2.2.2.02	BENS IMÓVEIS	356.534,41	356.534,41				
1.2.2.2.03	DEPRECIÇÃO ACUMULADA (-)	4.488,82	4.488,82				

				2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.529.144,07	2.506.597,85
				2.3.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.529.144,07	2.506.597,85
				2.3.1.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.529.144,07	2.506.597,85
				2.3.1.1.01	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.529.144,07	2.506.597,85
				2.3.1.1.01.01	RESULTADOS ACUMULADOS	2.529.144,07	2.506.597,85
				2.3.1.1.01.01.001	DO EXERCÍCIO	22.546,24	0,00
				2.3.1.1.01.01.002	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.506.597,85	2.506.597,85


Especificação	Valor Atual	Valor Anterior	Especificação	Valor Atual	Valor Anterior
ATIVO FINANCEIRO	349.118,10	301.731,16	PASSIVO FINANCEIRO	33.335,28	36.739,38
ATIVO PERMANENTE	2.013.361,25	2.041.606,05	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				2.529.144,07	2.506.597,85


Compensações

Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Especificação	Valor Atual	Valor Anterior	Especificação	Valor Atual	Valor Anterior
CONTROLES CREDORES	2.000,00	3.000,00	CONTROLES CREDORES	2.000,00	3.000,00
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	2.000,00	3.000,00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	2.000,00	3.000,00
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.000,00	3.000,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR	2.000,00	3.000,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A EXECUTAR	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A EXECUTAR	0,00	0,00
EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	2.000,00	3.000,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS A EXECUTAR	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	0,00	0,00
DIREITOS EM COMODATOS A EXECUTAR	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES EM COMODATOS A EXECUTAR	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS ATIVOS EXECUTADOS	0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS EXECUTADOS	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS EXECUTADOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS EXECUTADOS	0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS EXECUTADOS	0,00	0,00			
DIREITOS CONTRATUAIS EXECUTADOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS EXECUTADAS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS EXECUTADOS	0,00	0,00			

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Valor Atual	Valor Anterior
Superávit Financeiro	515.782,82	464.991,78


 Isabel de Cassia Santos Ribeiro
 CPF: 261.834.22545
 (Presidente)


 Pedro Gomes da Silva
 CPF: 001.137.00504
 CRC: BA 4.320
 (Contador)

- 7.1. O sistema contábil Cofecon/Corecon's segue as normas preconizadas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e também o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.
- 7.2. A entidade não possui Passivos contingentes, compromissos contratuais não reconhecidos, divulgações não financeiras, bem como políticas de gestão de risco.
- 7.3. No tocante ao tratamento contábil do ativo imobilizado, o Corecon/BA utiliza as taxas de depreciação previstas na legislação contábil, através das informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, ou norma específica equivalente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de Ativos e Passivos da entidade.
- 7.4. E entidade possui o registro contábil e acompanha os créditos a receber.
- 7.5. A entidade não possui del-crederer.
- 7.6. A entidade também não possui provisionamento de valores a receber e a pagar.
- 7.7. Sobre operações de financiamentos, a entidade não possui.
- 7.8. A entidade não recebe nem concede subsídios operacionais.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, de acordo com análise realizada nas demonstrações contábeis, relativas ao exercício de 2024, do Conselho Regional de Economia – 5ª Região/BA, apresentadas neste relatório, regidas pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, refletem adequada e

integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Pedro Gomes da Silva'.

Pedro Gomes da Silva Contador

CRC/BA 4.320

8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.1 Como a UPC determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados

Os temas abordados na Prestação de Contas fazem parte do Programa de Trabalho, do ano anterior. Ao final do exercício, este Corecon/BA elabora relatório de gestão unificado, que é parte integrante da prestação de contas anual encaminhada ao Cofecon.

8.2 Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado

Não há processo específico implementado, haja vista que o conteúdo que compõe o relatório unificado de gestão engloba todas as informações quantitativas e qualitativas do exercício.

8.3 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Até a presente data, não existem determinações e recomendações específicas do

TCU para com esta entidade.

9 ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I - Declaração de integridade do relato integrado pelo responsável pela governança conforme estabelece a Estrutura Internacional para Relato Integrado

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle que as informações contidas neste Relatório estão alinhadas com a estrutura conceitual exigida pela Instrução Normativa TCU 84/2020 e foram distribuídas de forma a deixar o relatório o mais conciso, claro e objetivo, facilitando a leitura tanto pelos órgãos de controle, quanto pelos demais entes da sociedade, visando atender os princípios da publicidade e transparência.

Reconheço a minha responsabilidade pelas informações aqui prestadas e, saliente-se que apesar de nem todos os itens previstos na respectiva Instrução Normativa serem aplicáveis a realidade e estrutura administrativa desta UPC, o relatório foi constituído de acordo a contemplar um pensamento que assegure a sua integridade e credibilidade.

Isabel de Cássia S. Ribeiro

Presidente